

Por Paulo Mantovani (*)

O Brasil enfrenta hoje uma seca histórica na região das hidrelétricas - o registro de chuvas entre os meses de setembro de 2020 e maio de 2021 foi o pior em 91 anos de registro. Cinco estados (MG, GO, MS, SP e PR) emitiram alerta de emergência hídrica agora em junho, com duração até setembro. Apesar de a hipótese ter sido descartada no momento, há risco de racionamento em um futuro próximo.

A falta de chuva e a consequente queda no nível dos reservatórios desencadeiam uma série de problemas tanto para o setor de infraestrutura como para o consumidor final. As hidrelétricas se tornam incapazes de colocar no sistema a mesma quantidade de energia que fornecem quando estão cheias, e é necessário despachar as termoeletricas para colaborar com o fornecimento e evitar o risco de apagão.

Paralelamente, o fenômeno da escassez deixa a energia cada vez mais cara. As cotações no mercado livre já acumulam um salto de 40% somente este ano, e devem tocar o teto regulatório nos próximos meses. O preço médio da energia atinge hoje os R\$ 350 por MWh (megawatt-hora); a fins de comparação, no início do ano estava em R\$ 250 e, em 2020, entre R\$ 180 e R\$ 200.

No contexto de exposição a esses riscos, é imprescindível que as apólices de seguros estejam dimensionadas de forma correta. A cobertura tradicional para usinas é formada pelas apólices de operação, conhecida como Lucros Cessantes, e a de construção, chamada Advanced Loss of Profit (ALoP). Tanto no risco de engenharia (durante a construção) como na operação, no caso de um acidente ou imprevisto a usina é obrigada a seguir com o contrato de fornecimento de energia. Ou seja, a ocorrência de um sinistro não altera a necessidade de entrega de uma quantidade pré-estipulada de megawatts.

Para entregar essa energia, a usina recorre à compra no mercado livre - onde, em situação de escassez, o produto está extremamente caro. É essencial, portanto, que a empresa esteja preparada, nos modelos que utiliza, para determinar a cobertura de ALoP e Lucros Cessantes de forma adequada aos momentos mais críticos. Assim, no caso de um acidente ou imprevisto, a usina pode recorrer à sua apólice e ter a indenização correta.

Com uma cobertura formada por apólices dimensionadas adequadamente em relação ao preço da energia, a usina consegue ir ao mercado comprar a energia que precisa entregar, sem se endividar. Quando essas apólices não são dimensionadas corretamente, a usina é obrigada a tirar do próprio bolso o dinheiro necessário para completar a compra.

Antes de tudo, é necessário revisar as apólices atuais de construção e operação das usinas, a fim de atestar se as prerrogativas que foram adotadas para a colocação do risco no mercado estão de acordo com o momento atual. Se o preço estiver muito abaixo da cotação do mercado, é preciso aumentar o valor das apólices.

Adicionalmente, é imprescindível pensar no futuro, principalmente em relação às apólices de novos projetos. Com o fenômeno de aquecimento global, temos uma sucessão progressiva de eventos climáticos, que podem levar a uma seca ainda pior ainda em 2022 e 2023.

(*) **Paulo Mantovani** é Diretor de Energia e Mineração da Marsh Brasil.

Fonte: Cleinaldo Simões, em 06.07.2021